

Seminário na Madeira

As histórias de vida e a memória histórica dos feminismos

No âmbito do Projecto “Memórias e Feminismos: percursos de vida de Mulheres no século XX”, assistiu-se a 14 de Junho, na Câmara Municipal do Funchal, à inauguração de uma exposição e ao seminário sobre este tema, o culminar do trabalho realizado pela equipa da Madeira.

A exposição inaugurada neste dia, no átrio da Câmara Municipal do Funchal, era composta por 11 painéis, cada um com uma fotografia de uma das mulheres entrevistadas, com uma frase chave da mesma e imagens ilustrativas do seu percurso de vida.



A exposição, muito concorrida contou com a participação de todas as entrevistadas, que pousaram junto ao painel que lhes foi atribuído, além das individualidades convidadas para o evento.



Seguiu-se o lançamento da brochura *Ecoss de Memória*, passagem a escrito de memórias resgatadas ao anonimato, num dia em que aquelas 10 mulheres entrevistadas, tiveram voz e foram olhadas pelo uma assistência diversificada, com um outro olhar. Os trabalhos do seminário decorreram na sala da Assembleia Municipal, que apresentava numa boa moldura humana.



O Seminário *Memórias e Feminismos: Percursos de vida de Mulheres no Século XX*, contou com a presença e as intervenções da vereadora da cultura, em representação do Presidente da Câmara Municipal do Funchal; Guida Vieira; Fátima Duarte; Fátima Freitas Gomes; Manuela Tavares e Teresa Sales.

Coube à Vereadora da Cultura da CMF dar as boas vindas e dar início aos trabalhos. Guida Vieira, coordenadora da equipa da Madeira apresentou uma comunicação que se anexa:

“Foi um prazer muito grande ter trabalhado neste Projecto.

Foi um trabalho totalmente voluntário e feito com muita militância feminista sem qualquer outra contrapartida que não fosse a de deixar registadas as histórias de vida de mulheres.

Desde há muito tempo que o meu sonho era poder dar a voz às mulheres para serem elas próprias a contarem as suas histórias.

Obrigada às companheiras da UMAR Nacional por nos terem ajudado. Obrigada à senhora Presidente da CIG por nos ter proporcionado começar este trabalho. Digo começar, porque ainda há muitas mais histórias para contar. Oxalá consigamos engrossar as páginas deste livro que agora se inicia e para isso precisamos de apoios pois sem eles é quase impossível realizar o nosso sonho.

Obrigada à Maria José Magalhães pelo trabalho intensivo de formação que nos fez porque sem essa formação não teríamos conseguido realizar a nossa tarefa como o fizemos.

Quando iniciamos a preparação deste Projecto pensamos que seria muito importante dar voz a algumas das mulheres que sempre lutaram pelos nossos direitos, mas também que seria importante dar voz às que muitas vezes sofrem, caladas, situações que precisam ser conhecidas, até porque de alguma forma elas representam muito do que se passa na sociedade.

Obrigada a todas as entrevistadas, Odete Vieira, Conceição Pereira, Florinda Bento, Maria Ganança, Assunção Bacanhim, Teresa Vieira, Gabriela Relva, Izídia Rodrigues, Josefina Melim e Sandra Pereira que aceitaram desde logo participar, e partilhar connosco, momentos tão importantes das suas vidas. Foram elas que tiveram a última palavra na revisão do texto final, incluindo, nalguns casos, ter que fazer muitos cortes por falta de espaço.

Tenho pena de termos tido limitação de espaço para podermos ter este pequeno livro publicado. Por isso é que o designamos por “Ecos de Memórias” porque temos plena consciência que se fosse para transcrever todas as memórias precisaríamos pelo menos o dobro ou o triplo do espaço. Mesmo assim acho que valeu a pena.

A nossa preocupação foi sempre a de que as mulheres entrevistadas fossem representativas da luta da mulher na nossa Região mas também que estivessem ligadas a diferentes profissões, diferentes Concelhos, serem de diferentes idades e terem diferentes experiências de vida.

A mais velha das nossas entrevistadas tem 93 anos, a senhora Odete, que é um grande exemplo de vida para todas nós, e a mais nova, a Sandra Pereira, tem 33 anos mas já tem uma história muito interessante para contar.

Temos aqui uma Costureira operária de Bordados, Professoras, Bordadeiras, Trabalhadoras do Comércio e da Hotelaria, Funcionária Pública e uma Artesã que vêm dos Concelhos do Funchal, a maioria, Machico, Câmara de Lobos e Ponta de Sol.

São todas muito boas contadoras de histórias. Algumas de quem sou amiga desde há muitos anos mas ainda me surpreenderam com a história da sua vida.

Em todas fiquei a saber coisas que não sabia e quando elas falavam e eu ia ouvindo, muitas vezes embevecida ou então emocionada, após a entrevista ficava uns dias a pensar naquelas confidências e também naquela partilha pública que elas faziam da sua vida com toda a naturalidade de quem tem orgulho no seu percurso e que o deseja partilhar.

Esta é uma questão importante, sobretudo é um exemplo de coragem contra o medo que cada vez mais se instala na sociedade e que começa a atrofiar a liberdade.

Em todas as entrevistas ouve muita emoção. As lembranças traziam coisas muito boas e também algumas que marcaram negativamente as suas vidas. Uma das entrevistadas começou a chorar logo que começou a recordar a sua vida e teve muita dificuldade em parar, mesmo assim não quis interromper as filmagens e tivemos que continuar. Outras foram de uma calma quase assustadora, sobretudo quando falavam de temas tão chocantes como a violência familiar, pedofilia, discriminação e preconceito. Aprendi muito com todas elas e acho que, mesmo em ponto pequeno, temos aqui um pequeno retrato de muitas mulheres da Madeira no século XX.

A nossa ruralidade e o atraso que ainda reinava na era em que o homem já tinha ido à lua. O preconceito, popular e familiar, que causou tanto sofrimento. A importância da família mas também, como no seu seio, pode estar muito sofrimento. A importância da liberdade, da descoberta e da conquista de uma vida melhor.

A irreverência da juventude e o trabalho abnegado e firme para conseguir alcançar uma profissão. O querer aprender para poder ensinar. A alegria de ultrapassar barreiras, mesmo as da deficiência física. A participação activa em prol de causas colectivas, etc... Não quero tirar à professora Fátima o espaço para falar do livro por isso não vou dizer mais nada sobre o mesmo. Considero que este tipo de Projectos deveriam ser acarinhados pelas Instituições porque o que estamos a fazer é deixar registado histórias reais, de pessoas reais a quem normalmente a história, lamentavelmente, vira as costas.

Aprendi, ao longo dos meus 63 anos que, se não forem as mulheres a lutarem pelo seu espaço ninguém o vai oferecer de mão beijada.

Então tentemos ocupar o nosso espaço também nas memórias das nossas vidas, partilhando-o publicamente, deixando registadas as nossas experiências para que um dia possam servir como exemplo para outras gerações.”



A apresentação do livro *Ecos de Memórias*, esteve a cargo da Dra. Fátima Freitas Gomes, cujo texto aqui se deixa:

“Permitam que partilhe convosco o significado e o alcance desta minha participação neste programa do Seminário do Projeto Memórias e Feminismos: Percursos de vida de Mulheres no Século XX

Em primeiro lugar, agradeço o convite que me foi dirigido, por intermédio da professora Conceição Pereira, colega já de longa data, que conheci na escola e na vida sindical e que, mais uma vez, em ocasiões assinaladas, me deu a honra de poder participar, com um breve contributo, num projeto da UMAR, apresentando a minha leitura possível de uma obra promovida no quadro do Projeto Memórias e Feminismos: Percursos de Vida de Mulheres no século XX em Portugal, financiado pela GIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Foi no dia 25 de Abril que recebi a sugestão da Conceição para esta participação e, no contexto do significado desse dia, e tendo em conta o fim a que se destinava, não pude recusar o convite; pelo significado que a data tem para mim como cidadã, pois a minha memória não pode esquecer a História e o contributo de toda a ação da revolução do 25 Abril para abrir caminhos de mudança pessoal, social, cívica, de liberdade e de direitos, até então ignorados, esmagados pela repressão, pela ignorância e pelo obscurantismo do regime ditatorial do Estado Novo salazarista. Por outro lado, aceitei, pelo fim a que se destinava: uma iniciativa da UMAR cuja ação e objetivos são uma mais-valia para a sociedade portuguesa, em geral, e madeirense em particular.

Este livro é um testemunho da vida, da memória vivida, antes e depois do 25 de Abril, por várias mulheres que, por percursos diversos, partilham e fazem ouvir os seus ***Ecos de Memórias***, em ***História de Vida de Mulheres***.

A UMAR com a coordenação de Guida Vieira deu à estampa o contributo deveras importante e de que destaco a ficha técnica do mesmo:

Coordenação de Guida Vieira, numa equipa constituída por Joana Martins, Assunção Bacanhim e Conceição Pereira, com transcrição, revisão, design e paginação de Joana Martins

Quanto ao projeto em que este livro se insere, já a sua coordenadora Guida Vieira enunciou as grandes linhas orientadoras do mesmo, no seu prefácio, quando refere, e destaco, entre outras:

-registar as memórias mais significativas;

-partilhar experiências e memórias de mulheres com percursos pessoais diferentes e, como afirma Guida Vieira: “Mas todas com um traço comum” que eu identifico com ser mulher, ser cidadã, todas iguais e diferentes no seu percurso, na sua intervenção na sua vivência;

-trazer ao nosso conhecimento e redescobrir com os seus testemunhos “essas borboletas da infância, os cantares da nossa ruralidade, os sonhos, as desilusões, os preconceitos, as conquistas, os desejos, a alegria da participação e da conquista de objectivos e, sobretudo, o gosto de ser mulher em todos os sentidos.” (p. 5)

Este é, na verdade, um contributo fundamental, pioneiro mesmo, no âmbito da RAM pois, segundo julgo saber, os estudos sobre mulheres, sobre o contributo feminista na história, na sociedade madeirense, é quase inexistente; faltam os estudos de sociologia, de antropologia, da história de mulheres e da mulher nos seus diversos domínios.

Assim, ***Ecos de Memórias*** de mulheres vem colocar-se na prateleira dos textos feministas como pioneiro neste género de registo da história de vida que se assume como uma metodologia de pesquisa, como um meio de fixação de testemunhos e de construção de registos de memórias e de vivências que, de outra forma, se perderiam para a memória da sociedade. E uma sociedade sem memória é uma sociedade amorfa, sem consciência de si própria, sem pensar sobre si própria, logo sem capacidade de intervenção e de crítica, logo esmagada pela falta de consciência e de ação.

Ecos de Memórias...

Que ecos? Ecos de palavras, ecos de ações, ecos de vivências ditas na primeira pessoa mas que poderiam ser conjugadas em todas as pessoas do singular e do plural, conforme aprendemos na gramática da escola “Eu... Tu...Ela...Nós ...Vós ...Elas...” pois os ***Ecos*** individuais conduzem-nos a muitas outras memórias, individuais e colectivas.

Sim! Porque ler estas memórias, recuperar a memória individual e coletiva, é fundamental para o conhecimento do passado, para a compreensão do presente e para uma construção do futuro. Sim, porque o presente e o futuro não são uma folha de papel flutuante, sem raízes, que se rasga ou deita no lixo do tempo da História tradicional...

Mesmo apesar das ruturas, das mudanças que invadem o nosso tempo e a nossa vida, a um ritmo cada vez mais acelerado, para o bem e para o mal, permanece a mentalidade, marcam-nos as heranças culturais, as tradições, as convicções mas também os preconceitos, as ideias feitas, as submissões e as desigualdades seculares.

E há memórias que permanecem, para o bem e para o mal; para o bem- na transmissão de valores, de experiência, de saberes, de heranças; de conquistas; para o mal - na permanência de preconceitos, de juízos supersticiosos, de sexismo e de injustiças de uma sociedade que, pese embora as significativas melhorias e mudanças, ainda trata as mulheres como desiguais no trabalho, no emprego, em casa, na sociedade, na comunicação social, na publicidade, por exemplo...

Através das memórias de Odete Vieira, Conceição Pereira, Florinda Bento, Maria Ganança, Assunção Bacanhim, Teresa Vieira, Gabriela Pombo, Izídia Rodrigues, Josefina Melim e Sandra Pereira é possível fazer um percurso de quase 100 anos de **Histórias de Vida**. Um percurso, dez percursos, que é uma amostra de como foi e é ser mulher, de afirmar o feminismo na sociedade, na vivência quotidiana, na política.

Este livro partilha os destinos, a vida de mulheres que se cruzam pelas vivências, pelos caminhos difíceis, de tempos difíceis, da vida no campo ou na cidade, trazendo à presença lembranças adormecidas, nomes, momentos, gestos que podiam ser um pouco de todas nós, de todos os aqui presentes.

É o universo feminino da infância, da adolescência tornada rapidamente adulta; sim, que não era tempo de muita demora para ficar a brincar; era tempo para bordar, trabalhar em casa nas “tarefas destinadas às mulheres”; que a voz da memória diz à menina que trepa e corre: “sua gavina”, “Andas aí como um rapaz macho”. Sim, são memórias de mulheres, que do rezar e bordar, das tarefas domésticas e do casar, no meio de alguns gestos cor-de-rosa do bordado, ou do piqué do saco de Pão-por-Deus da menina que usava “um babete com uma franja, onde estava escrito “Não chores” em bordado Madeira”, foram inconformadas face às adversidades; recusaram a submissão de qualquer género e foram à luta pela conquista de um lugar no trabalho “fora de casa”, procurando ultrapassar ou melhorar o destino de “bordar desde pequenina para ter um dinheirinho”, de “trabalhar na terra” quase sem dar para comer com o que se produzia.

Vida que parecia condenada a não ser reconhecida, condenada à nascença ao não reconhecimento do elementar direito a um nome “O meu pai foi registar-me quando nasci e faltavam 2 ou 1 tostão” e que deu a volta ao destino pois “desde cedo senti uma ânsia de saber mais” e com a feitura de 25 dúzias de lenços ganhou o dinheiro “para me registar porque quero estudar”.

Ao correr das palavras, que surgem como cerejas (estamos no tempo das cerejas), as vivências do quotidiano feminino são evocadas na consciência do tempo que passou e da mudança que corre hoje mais depressa do que nunca “Vivi tudo isto, mas hoje em dia as coisas são diferentes”.

Os testemunhos destas mulheres surgem e levam-nos, por vezes, entre a alegria da infância, muitas vezes sofrida, a entrada na escola em condições difíceis, em desigualdade de acesso ao ensino, sobretudo para as meninas, que não podiam entrar na escola sem a sua bata branca, quando a podiam ter, mas que com esforço pessoal, autodidactismo, persistência e “ânsia de saber” conseguiram ultrapassar o assinar do nome e afastar o destino do analfabetismo.

O saber escolar, ou de experiência de vida, o ir mais além, tornou-se quase sempre uma mais-valia; todas estas mulheres são exemplos da participação feminina na família, na educação dos filhos, na economia doméstica, na liderança de iniciativas decisivas para a conquista e defesa de direitos fosse Luta das Águas, do Leite, do preço da cana, da Matur, do comércio, das associações e cooperativas, do direito à Caixa para o trabalho domiciliário da “Profissão de bordadeira da qual me orgulho muito.” De quem, desde a infância, aprendeu com a mãe “Gasta uma linhinha e vai fazendo bem feito.”

A voz da memória diz “Foi uma luta dura na Lombada” em que as mulheres tiveram um papel fundamental “Tocavam cornetas. Batiam às portas uns dos outros” na procura da justiça a morte misturou-se à luta “Era uma

rapariguinha nova, tinha ido a casa, era verão e estava de férias.” (p. 39). “Foi a 21 de Agosto a morte dessa rapariga (...) disseram que o tiro foi dado (...) e que era para outra pessoa... Só que a rapariga estava a tirar um sapato...”

E as mulheres e os homens conseguiram que as regas das terras fossem feitas de dia.

Foi muita a participação destas mulheres no reconhecimento do trabalho e direitos das empregadas domésticas, na extinção da colónia ou do direito ao trabalho, à guarda dos filhos; à recusa da violência, ao direito a ser mulher por si só.

Todas estas mulheres são exemplo dos caminhos da consciência política e social: na Associação da Juventude Católica, nos organismos operários da Ação Católica; no agarrar dos desafios e das oportunidades “foi uma luz que se acendeu”; no conhecimento e consciencialização da realidade social “Entrava nevoeiro pela escola” dos meninos dos “pés descalços” num tempo em que as pessoas pobres “ajudavam a professora a viver”.

Muitas mulheres iniciaram a consciência política “Foi o meu baptismo político” de forma quase precoce, antes do 25 de Abril, para quem se atrevia a uma “assinatura do Comércio do Funchal jornal antifascista” e dinamizava os Centro de Cultura Operária, nos tempos da Primavera Marcelista. Era a opressão, as dificuldades e a guerra colonial que obrigam à emigração dos anos 60 e início de 70, onde o destino se divide entre a oportunidade e o trabalho de exploração desenfreada dos emigrantes “Era uma vida desgraçada”.

Quando se deu o 25 de Abril o sindicalismo, a militância política e cívica abre novos caminhos às mulheres aqui presentes. Marco fundamental foi o “primeiro encontro sobre a Mulher trabalhadora da USAM, documento histórico, com um estudo sobre as mulheres rurais, conserveiras, operárias de bordados e de outros sectores” e o contributo do Departamento da USAM em prol das mulheres trabalhadoras, entre os quais os das bordadeiras de casa, verdadeira conquista histórica no quadro do reconhecimento do trabalho domiciliário.

Finalmente, a memória da criação da UMAR, em 1976, e que com inspiração e activismo mudou vidas de mulheres e apresentou projectos inovadores, e ao mobilizar fundos europeus dinamizou a formação de algumas dezenas de mulheres, em parceria com o sindicato dos bordados da Madeira, contribuindo para ultrapassar fases mais difíceis da vida pessoal e profissional das intervenientes, imprimindo uma dinâmica formativa que nunca tinha sido implementada em sectores considerados mais marginais à estratégia económica neoliberal, já a caminho da queda do sector dos bordados e do artesanato em geral nos anos 90.

Diz Guida Vieira no seu prefácio que ***Ecoss de Memórias*** é um registo importante “embora ainda pequeno”, mas que, se me permite, eu acrescento: sim, porventura pequeno, mas registo tão cheio e vivo como “o ovo posto pela primeira vez” que foi dado à Odete, hoje com 93 anos, quando ela era pequenina para que a galinha fosse boa poedeira. E quer-se que este seja um dos muitos ovos-projectos, dos estudos, dos textos sobre a mulher na sociedade madeirense e na sociedade portuguesa.

Grata pela atenção. “



Após esta apresentação houve um pequeno intervalo, onde as mulheres entrevistadas e o público assistente a este seminário, confraternizaram no salão nobre da Câmara do Funchal, onde foi servido

um Madeira de Honra.

A 2ª parte do programa foi iniciado com a apresentação do vídeo regional, onde constam as entrevistas às mulheres da Madeira. Trata-se de um vídeo interactivo, com menu de selecção, onde é possível escolher cada entrevistada. Esta foi a solução encontrada para a apresentação das 10 entrevistas, com a duração de 15 m por cada uma das mulheres.

Seguidamente, foi apresentado o vídeo final, onde as 10 mulheres da Madeira interagem com as 10 entrevistadas do Minho, numa sequência estabelecida por um guião previamente definido.

Após a apresentação dos vídeos foi dada a palavra à dirigente da UMAR e investigadora do CEMRI – Doutora Manuela Tavares:

“É com muito gosto que estou de novo na Madeira, após o lançamento do livro da Guida Vieira, desta vez para saudar o óptimo trabalho do núcleo da UMAR Madeira em torno do projecto “Memórias e Feminismos” financiado pela CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) cuja Presidente a Dra Fátima Duarte nos honra com a sua presença.

O colóquio internacional organizado por historiadoras francesas na universidade de Rouen, em 1977, tinha como título “A História sem as mulheres é possível?” (L’Histoire sans les femmes est-elle possible?). Pegando nesta interrogação gostaria de reflectir convosco se uma história do tempo presente é possível sem as histórias de vida de mulheres, sem os

testemunhos de quem viveu quotidianos marcados por opressões, de quem conseguiu ultrapassar barreiras enormes, de quem ganhou consciência de si própria como pessoa com direitos.

A História não pode ser apenas um conjunto de factos cronologicamente dispostos que provocaram mudanças sociais, económicas e políticas, como aprendemos nos manuais escolares. Factos baseados em documentos escritos por cronistas, historiadores, políticos ou outros actores sociais de elites pensantes. Durante séculos esses documentos, as fontes históricas tiveram a marca de quem os escreveu, ignorando que as mulheres faziam parte da História, ou então nomeando-as como excepção, muitas vezes enredadas em mitos: Joana D’Arc, Padeira de Aljubarrota, Maria da Fonte para dar alguns dos exemplos mais conhecidos.

As mulheres reais, essas são as eternas esquecidas, como afirma Maria Lamas em 1950 no seu livro “As mulheres do meu País”, referindo-se às mulheres desta região: “As mulheres madeirenses, horas e horas curvadas sobre os bordados para ganhar cinco escudos diários e as que trabalham na plantação das bananeiras, da semilha, do milho e do feijão em desfiladeiros de fazer cortar a respiração”. Quando ouvimos as mulheres entrevistadas aqui na Madeira sentimos que o bordado era o seu destino desde meninas e logo a seguir a lavoura, para além do cuidar dos irmãos e irmãs mais pequenas. Algumas conseguiram fugir a esse destino, passando de regentes escolares a professoras, outras vindo para o Funchal, empregando-se na hotelaria ou na função pública. Outras ainda, tomaram em mãos as lutas sindicais no sector do bordado, garantindo direitos laborais às bordadeiras de casa. Todas estas histórias megulham em quotidianos que não podem ser ignorados.

Historiadoras e historiadores contemporâneos têm vindo a desenvolver a “História da Vida Privada” que pode ser uma aliada da História das Mulheres, no sentido de as integrar como sujeitos históricos. Maria José Magalhães, presidente da UMAR que não conseguiu libertar-se dos seus afazeres académicos para estar hoje aqui convosco, escreve num livro recente que publicou, “Pelo Fio se vai à meada – percursos de investigação em histórias de vida”: “as histórias de vida desafiam os discursos canónicos da história, trazendo a voz das/os silenciadas/os da história (...) sair do silêncio para tomar a palavra é para os/as oprimidos/as que se levantam e

lutam lado a lado um gesto de desafio que cura e torna possível uma nova vida e um novo crescimento”. (Magalhães, Maria José, 2012:9-10,14).

Trazer ao domínio público as memórias silenciadas do privado foi um dos grandes desafios das feministas da segunda vaga da década de 1970, quando procuraram colocar na agenda política a violência doméstica, naquela época como conceito de “mulheres maltratadas pelos maridos”. O êxito do livro de Erin Pizey, em Inglaterra no início dos anos 70, “Chora baixinho para que os vizinhos não oiçam” foi uma pedrada no charco dos silêncios e sofrimentos das mulheres maltratadas nas suas vidas quotidianas. No início deste século, em 2001, a investigadora Elaine Lawless estudou as mulheres vítimas de violência através das suas histórias de vida, explicando que esta opção metodológica confere às mulheres um sentido de luta contra a injustiça.

O antigo lema das feministas dos anos 70 do século passado: “O pessoal é político” ganha hoje novos contornos na valorização das subjectividades nos estudos sobre as mulheres, de género e feministas.

Os contributos deste projecto para a valorização da memória histórica das mulheres ultrapassam em muito os objectivos definidos. Constituem um potencial para a investigação histórica e sociológica em termos de fontes orais. A necessidade de ampliar a outras regiões do país este trabalho está colocada. Esperemos que seja possível fazê-lo.”



A encerrar o seminário foi dada a palavra à Dr^a Fátima Duarte Presidente da CIG e cujo texto fica aqui registado:

“Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite que me foi endereçado, na qualidade de Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), para participar na mesa de encerramento do seminário do PROJECTO MEMÓRIAS E FEMINISMOS: PERCURSOS DE VIDA DE MULHERES NO SÉCULO XX, com que a UMAR se propôs dar a conhecer his-tórias de vida de mulheres, retirando-as à sua invisibilidade, em duas regiões do país - Minho e Madeira, onde nos encontramos. É pois da memória, ou melhor da preservação da memória, que se tra-ta, e, para que os tempos futuros possam retirar as devidas ilações das imagens do presente, se procedeu ao seu registo, documentado na ex-posição hoje inaugurada e no vídeo exibido. *Uma imagem vale mil palavras* diz um velho provérbio chinês e não se-rá esta ocasião que nos fará desdizer essa sabedoria milenar, mas que não retira valor à gravação, pela palavra escrita, das histórias de vida do presente, desse presente sorvido na voragem dos dias, e que só a maturação do pensamento, a que a escrita obriga, permite vermos além de *onde chega o nosso olhar*¹.

Na sua qualidade de serviço que tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género e de combate à violência doméstica e de géne-ro, compreende bem a CIG² essa vocação, ou vocações - memória e co-nhecimento -, que aliás tem prosseguido, desde a sua criação,

¹ Álvaro de Campos
DOIS EXCERTOS DE ODES
(FINS DE DUAS ODES, NATURALMENTE) I
Vem, Noite antiquíssima e idêntica,
Noite Rainha nascida destronada,
Noite igual por dentro ao silêncio. Noite
Com as estrelas lantejoulas rápidas
No teu vestido franjado de Infinito.
Vem soleníssima,
Soleníssima e cheia
De uma oculta vontade de soluçar,
Talvez porque a alma é grande e a vida pequena.
E todos os gestos não saem do nosso corpo
E só alcançamos onde o nosso braço chega,
E só vemos até onde chega o nosso olhar.

² Anteriormente [Decreto-Lei n.º 166/91, de 9 de Maio, que criou a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM)], organismo vocacionado para o estudo e análise da realidade na ótica da igualdade de direitos e oportunidades e para a intervenção em todas as áreas com incidência na situação das mulheres e na igualdade.

contando-se, entre as suas inúmeras atribuições, a elaboração de estudos e documentos de planeamento de suporte à decisão política na área da cidadania e da igualdade de género³. verdade, e desde a sua criação em 1975, ainda sob a designação de Comissão da Condição Feminina (CCF, 1977-1991, em regime de instalação desde 1975), a CIG tem perseguido os caminhos da memória, através da investigação e do estudo do trabalho desenvolvido pelas feministas portuguesas, na viragem do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX, de cuja importância sempre esteve ciente, sabendo que nunca nenhum caminho se inicia sem o(s) primeiro(s) passos (os muitos passos de um caminho dependem sempre daqueles que foram dados atrás). Através da sua já vasta obra editorial, procedeu ao registo do devido reconhecimento público e do lugar na História, que lhes compete, trazendo à superfície algumas destas figuras femininas tão carismáticas.

No início de 1979⁴, a Comissão da Condição Feminina através do seu periódico *BOLETIM*⁵, hoje *NOTÍCIAS*, iniciou uma rubrica a que chamou **Mulheres Portuguesas**. Ana de Castro Osório mereceu honras de inauguração, mas, ao longo dos três anos seguintes, num ritmo trimestral, Adelaide Cabete, Emília de Sousa Costa, Carolina Beatriz Ângelo, Virgínia de Castro e Almeida, Branca de Gonta Colaço, Regina Quintanilha, Cael, Guiomar Torrezão, Antónia Gertrudes Pusich e Carolina Michaëlis de Vasconcelos⁶ completariam as onze pequenas notas biográficas e bibliográficas de mulheres portuguesas «(...) que desempenharam um papel, de algum modo significativo, para o processo de emancipação da mulher em Portugal.»⁷.

Posteriormente, já na década de 90, e em resposta a solicitações de biografias de mulheres portuguesas que lutaram pelos seus direitos numa

³ Alínea c) do n.º 2 do art. 2º do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de Janeiro.

⁴ No primeiro trimestre;

⁵ O *BOLETIM*, periódico da CCF, surge em Janeiro de 1975 e o seu primeiro artigo é sobre “O que é a Comissão da Condição Feminina”. Nesse ano edita apenas dois números, o 1º. Em Janeiro e o 2º em Outubro.
Boletim nº4, CCF, 1981, p.37,

⁶ Boletim nº.1 (Jan-Mar, 1979) Ana de Castro Osório; Boletim nº.2 (Abr-Jun, 1979) Adelaide Cabete; Boletim nº.3 (Jul-Set, 1979) Emília de Sousa Costa; Boletim nº.4 (Out-Dez, 1979) Carolina Beatriz Ângelo. Boletim nº 1 (Jan-Mar, 1980) Virgínia de Castro e Almeida; Boletim nº 2 (Abr-Jun, 1980) Branca de Gonta Colaço; Boletim nº 3 (Jul-Set, 1980) Regina Quintanilha; Boletim nº 4 (Out-Dez, 1980) Cael. Boletim nº.1 (Jan-Mar, 1981) Guiomar Torrezão; Boletim nº.2 (Abr-Jun, 1981) Antónia Gertrudes Pusich; Boletim nº. 3 (Jul-Set, 1981) Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

⁷ Boletim nº4, CCF, 1981, p.37,

perspetiva emancipatória, que vinham dos anos 80, a Comissão, então já para a Igualdade e Direitos das Mulheres, reúne, numa publicação com o título “Mulheres Portuguesas. Vidas e Obras celebradas – Vidas e Obras ignoradas”⁸, os 11 textos biográficos, pretendendo-se, nas palavras da autora, *relembrar pessoas e obras, quantas vezes esquecidas, e apontar pistas para uma investigação e aprofundamento a serem eventualmente empreendidos por outras pessoas, interessadas, não só na obra dessas mulheres – escritoras e feministas -, mas na própria história da mulher em Portugal, ainda por fazer.*

Muita da atividade editorial da Comissão, fortemente ligada à sua ação de divulgação e sensibilização⁹, diga-se, concretiza o objetivo de trazer a lume o envolvimento social e político daquelas mulheres da viragem do século XIX:

- ainda no início da década de 80, Maria Regina Tavares da Silva escreve sobre “Feminismo em Portugal na voz das mulheres escritoras do séc. XX”¹⁰, inserido na coleção Cadernos Condição Feminina, nº.15¹¹, hoje já na sua 3ª edição; nesse (pequeno) estudo, a autora debruça-se sobre temas que mereciam atenção destacada por parte de algumas mulheres, em particular de certas escritoras, do início do século XX, nomeadamente, a independência económica, a educação, o direito de voto.
- no início do presente século, estreia-se a coleção Fio de Ariana¹², destinada a «(...) dar visibilidade à participação das mulheres em todas as esferas da atividade humana [evidenciando] o facto de que mulheres e homens constituem, e sempre constituíram, elementos indissociáveis e partes integrantes de um mesmo sujeito social»¹³. Os três primeiros títulos desta coleção (“Maria Veleda”, “Carolina Beatriz Ângelo” e “A

⁸ Trata-se do último artigo (Out.-Dez., 1981) da rubrica Mulheres Portuguesas, recebeu o título “Vidas e obras celebradas – Vidas e obras ignoradas” e o sub-título “Alguns marcos importantes para o estudo da História da Mulher em Portugal”. A autora refere «Com esses apontamentos pretendeu-se relembrar pessoas e obras, quantas vezes esquecidas, e apontar pistas para uma investigação e aprofundamento a serem eventualmente empreendidos por outras pessoas, interessadas, não só na obra dessas mulheres – escritoras e feministas -, mas na própria história da mulher em Portugal, ainda por fazer.», mantendo-se na publicação que agora se iniciava.

⁹ Recorde-se a exposição designada “Ecos da Imprensa”, sobre o voto de Carolina Beatriz Ângelo, constituída por conjunto de painéis, onde se exibem alguns dos artigos publicados na imprensa da época sobre o caminho percorrido até se concretizar aquele que foi o acto inédito de uma mulher exercer o direito de voto em Portugal.

¹⁰ Este estudo nasce para apresentação de uma comunicação que foi apresentada no Colóquio sobre “A Formação de Portugal Contemporâneo”, organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, realizado na Fundação Gulbenkian, de 2 a 5 de Dezembro de 1981.

concessão do voto às Portuguesas”), esgotados há já algum tempo, irão ser reeditados no terceiro trimestre deste ano.

No intuito de inserir a história no quotidiano dos dias que passam, as agendas temáticas da CIG¹⁴ recuperaram memórias evocativas da determinação das mulheres na luta pelos seus direitos sociais, políticos e civis, para o que muito contribuiu o Núcleo de Reservados da sua Biblioteca, que se mantém e que atualmente conta com cerca de 3000 obras, raras ou esgotadas, que vão desde o séc. XVI até ao início do século XX, numa memória feminina, e feminista, que importa preservar e recuperar, projetando-se a criação da Biblioteca Digital da CIG e, por esta via, a disponibilização na Internet de um conjunto selecionado de mais de 500 documentos que integram este Núcleo. Uma outra estratégia de preservação e divulgação da memória, neste caso institucional, ainda que de enorme importância para o estudo da história contemporânea portuguesa, passa pela organização do Arquivo Histórico da CIG, compreendendo este projeto, numa primeira fase, a digitalização de cerca de 6.000 documentos.

A Comissão, que, no ano passado, celebrou os seus 35 anos de existência, tem sempre pugnado por dar visibilidade também às mulheres do passado, conhecidas e anónimas, que em muito contribuíram para o que hoje, e às vezes sem real consciência dos riscos de recuo, se dá por adquirido, em termos de igualdade, mas também às do presente, dando-lhes o devido foco no palco da História contemporânea, como aconteceu recentemente (8 de Abril de 2013), com a atribuição da DISTINÇÃO MULHERES CRIADORAS DE CULTURA a cinco criadoras¹⁵, que, na Música, Dança, Teatro, Artes Plásticas e Arquitetura, são exemplos significativos da criatividade feminina, que continua afastada da ribalta da mediatização.

¹¹ Hoje já com 65 títulos publicados.

¹² N.º. 1 – Maria Veleza (1871-1955) de Natividade Monteiro (2004); N.º. 2 – Carolina Beatriz Ângelo (1877-1911) de Regina Tavares da Silva (2005); N.º. 3 – A Concessão do Voto às Portuguesas – Breve Apontamento de Maria Reynolds de Souza (2006); N.º. 4 – Deusas e Guerreiras dos Jogos Olímpicos de Isabel Cruz, Paula Silva e Paula Botelho Gomes (2006); N.º. 5 – Mulheres e Republicanismo (1908 – 1928) de João Esteves (2008); N.º. 6 – Adelaide Cabete (1867 – 1945) de Isabel Lousada (2010).

¹³ Coleção Fio de Ariana, Nota Prévia, p.8.

¹⁴ A CIG produziu quatro agendas temáticas, de 2009 a 2012, três delas pretenderam contribuir para o reanimar de memórias evocativas. A de 2009 foi dedicada à evolução do voto feminino em Portugal; a de 2010 foi dedicada a 12 escritoras portuguesas, desde o séc. XVII ao séc. XX, cujos livros existem no Núcleo Reservados da Biblioteca da CIG, e a de 2011 foi dedicada aos periódicos femininos igualmente existentes no acervo bibliográfico daquele Núcleo de Reservados.

¹⁵ Joana Carneiro, na Música, Anna Mascolo, na Dança, Germana Tânger, no Teatro, Joana Vasconcelos, nas Artes Plásticas, e Inês Lobo, na Arquitetura,

Não tem a CIG percorrido sozinha os trilhos da memória, contando com a companhia das Organizações Não Governamentais do seu Conselho Consultivo que, na década de 90, criaram o Prémio “Mulher Investigação Carolina Michaëlis de Vasconcelos”, com o objectivo de «(...) estimular a criatividade e a investigação em áreas diversificadas, visando a melhoria da situação e do estatuto das mulheres (...)» e «distinguir o melhor estudo de investigação e análise da situação das mulheres em Portugal.»

O Prémio, que deu origem a uma coleção específica¹⁶, permitiu a publicação de um conjunto de trabalhos, 18 no total, abrangendo diferentes áreas temáticas e períodos históricos, nomeadamente aquele que as mulheres viveram no início do século vinte¹⁷, e contribuindo, exatamente, para a construção de uma memória feminina e dos feminismos nacionais¹⁸. Muitos destes/as (à época ainda jovens) investigadores/as premiados/as continuam ainda hoje a realizar investigações nesta área, tendo-se tornado destacados especialistas.

O nº. 2 dessa coleção tem por título “A Mulher Madeirense. Vivências, Problemas e Expectativas”, da autoria de Maria Conceição Pereira, com a colaboração do Departamento de Mulheres da USAM (União dos Sindicatos da madeira) e do Sindicatos dos Bordados. Trata-se de um trabalho de 1990, publicado em 1991, que aborda as condições de vida das mulheres deste arquipélago, no final do anterior regime e no período pós 25 de Abril, apresentando alguns dados estatísticos, mas com maior destaque para a área dos bordados, trabalho feminino por excelência, e a conquista do Sindicato dos Bordados pelas mulheres.

Como a realização deste seminário comprova, o interesse pela Madeira, enquanto objeto de estudo feminista, permanece atual.

¹⁶ A coleção ONG do Conselho Consultivo da CIDM nasceu em 1991 e terminou em 2002, publicando 18 títulos que podem ser consultados na Biblioteca da CIG.

¹⁷ Quatro são os Prémios atribuídos a trabalhos de investigação que estudam o período temporal referido; ESTEVES, João Gomes A Liga republicana das mulheres portuguesas: uma organização política e feminista: 1909-1919, Lisboa, Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, nº. 7, 1991. GORJÃO, Vanda, A reivindicação do voto no programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947), ONG’s CIDM, nº. 10, 1994. GUINOTE, Paulo, Quotidianos femininos 1900-1933, Lisboa, Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, nº. 11, 1997. EMONTS, Anne Martina, Onde há galo não canta galinha : discursos femininos, feministas e transgressivos nos anos vinte em Portugal, ONG’s da CIDM, nº 16, 2001.

¹⁸ Pertencem a esta coleção trabalhos extremamente pioneiros, nomeadamente: “A Liga republicana das mulheres portuguesas: uma organização política e feminista: 1909-1919”, ONG 7, 1992, de João Gomes Esteves; “A reivindicação do voto no programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)”, ONG 10, 1994, de Vanda Gorjão; “Quotidianos femininos 1900-1933”, ONG 11, 1997, de Paulo Guinote; “As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940)”, ONG 14, 1999, de Virgínia do Rosário Baptista; “Dons e disciplinas do corpo feminino: os discursos sobre o corpo na História do Estado Novo”, ONG 15, 1999, de Inês Brazão.

E também essa, a de investigação e de estudo, tem sido uma linha de atuação constante da Comissão, a que, à data da sua criação, foi atribuído o desígnio de, numa formulação própria do momento que se vivia, "Apoiar todas as formas de consciencialização das mulheres portuguesas e a eliminação das discriminações contra elas praticadas, em ordem à sua inserção no processo de transformação da sociedade portuguesa, de acordo com os princípios consignados na Constituição".

Nesses anos iniciais (dos fins da década de 70 e primeira metade da década de 80), a coleção "**Cadernos Condição Feminina**" deu expressão às suas principais áreas de atividade: o conhecimento da situação real das mulheres; o levantamento estatístico em termos de demografia, educação, trabalho, desemprego, salários, participação na vida cívica e política, etc; as imagens, estereótipos e papéis sociais atribuídos às mulheres, designadamente nos manuais escolares e na publicidade¹⁹.

Assim, o primeiro número desta coleção, datado de Abril de 1976, intitulou-se "Discriminação Contra a Mulher no Direito de Família", seguindo-se-lhe, em Maio do mesmo ano, a obra "Participação das Mulheres na Vida Sindical, Cívica e Política", tema cuja atualidade é demonstrada pela elaboração, em 2011, de um estudo sobre a Lei Orgânica nº 3/2006, de 21 de agosto, designado Lei da Paridade - Estudo sobre a aplicação da Lei da Paridade.

Em jeito de parêntese, e num contraponto entre passado e presente, diga-se que, nesse estudo, se conclui, entre outras, que a proporção de mulheres eleitas para a Assembleia da República passou de 4,9% em 1976 para 26,5% em 2011.

Terreno fértil, porque praticamente por desbravar, as questões sobre as mulheres proporcionaram, nesses anos, já longínquos, de 70 e 80 do século passado, múltiplas áreas de investigação e de ocasião para os volumes seguintes da coleção, que, no seu todo, publicou 64 Títulos, e que se continua hoje, de forma atualizada, na **Colecção "Estudos de Género"**, que publica os estudos científicos que esta instituição tem vindo a promover, abraçando temas como a participação político-partidária das mulheres, a pobreza, o tráfico de mulheres, o empreendedorismo feminino em mulheres imigrantes, a violência, entre outros. A atuação da Comissão, no que concerne aos estudos de género, foi absolutamente pioneira²⁰ e,

¹⁹ Vide site da CIG (Regina Tavares da Silva).

²⁰ A atuação pioneira da Comissão da Condição Feminina, no que concerne aos estudos de género, teve várias manifestações, destacando-se a realização, em Novembro de 1983, do Seminário de "Estudos Sobre a Mulher", pro-movido com o apoio da Fundação Gulbenkian, e com o qual se pretendeu institucionalizar a expressão

atualmente alargada às questões da cidadania, constitui o fundamento teórico da sua intervenção, nas múltiplas áreas em que se movimenta, balizada pelos instrumentos de políticas públicas de promoção e defesa da igualdade de género e de combate à violência doméstica e de género, os Planos Nacionais:

- IV Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania, Género e não discriminação (2011-2013);
- IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013);
- II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2013);
- e
- II Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (II PoAcção Eliminação MGF),

cuja coordenação lhe cabe e que se encontram, todos eles, em final de vigência, com taxas de execução de 92%, 88%, 86,78% e 93,3%, respectivamente, à data de 31 de Dezembro de 2012. Do passado vêm os caminhos que nos levarão ao futuro, mas é neste momento do presente, em que ambos se encontram, e indutor de perplexidades, nos sinais contraditórias em que deixa captar²¹, que cabe atuar: entre o levantamento do executado e a análise crítica do realizado, a memória e o conhecimento são de novo convocados à explicação da realidade e à elaboração dos novos instrumentos de políticas públicas de promoção da cidadania e da igualdade de género e de combate à violência doméstica e de género de apoio às suas vítimas, que mais adequada e efetivamente garantam a consecução de uma sociedade de igualdade entre homens e mulheres, tarefa fundamental que o Estado constitucionalmente se impôs²², mas cuja plena concretização não

interna-cional “Women’s Studies” que compreende, quer a investigação, quer o ensino das questões que particularmente dizem respeito à vida e situação das mulheres em todos os domínios do conhecimento (Vide “Seminário de Estudos Sobre a Mulher” in Boletim nº. 4 de 1983 (Outubro/Dezembro) da Comissão da Condição Feminina).

Dez anos depois, a Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM), que sucedeu à CCF, vem a organizar, em colaboração com a Unidade para a Igualdade de Oportunidades da Comunidade Europeia (D.G.V) e a Associação Portuguesa – Estudos sobre as Mulheres (APEM), novo Seminário sobre «Estudos sobre as Mulheres em Portugal», com que se pretendeu “(...) fazer o ponto da situação da investigação e do ensino no âmbito desta temática em Portugal, já que hoje, se tem internacionalmente por certo que tais Estudos constituem factor determinante para o conhecimento da condição das mulheres na sociedade e são um indispensável instrumento de concretização da democracia paritária” (Vide Estudos Sobre as Mulheres em Portugal”, Lisboa, cadernos Condição Feminina, nº.38, 1993, p.11).

²¹ No atual cenário socioeconómico, que parecia favorável a um aumento da violência, designadamente a doméstica, o número de ocorrências participadas às Forças de Segurança tem vindo a diminuir, já desde 2011. De facto, em 2012, foram registadas 26.084 participações de violência doméstica pelas Forças de Segurança (FS) – GNR e PSP -, valor que corresponde a uma diminuição de 10%, com menos 2.896 casos registados, relativamente ao ano anterior.

²² **Artigo 9º**
(Tarefas fundamentais do Estado)

pode dispensar o contributo dos e das cidadãos e cidadãs que o constituem, porque o Estado somos nós.”



O Seminário terminou, não sem se ter realizado uma foto com os membros da mesa e as protagonistas desta sessão.

O Seminário realizado na Madeira no âmbito do projeto Memórias e Feminismos, superou a nossa expectativa:

- pela espontânea adesão do público presente numa sessão realizada num dia de semana, um público tocado pelas entrevistas realizadas, onde as mulheres falaram dos seus assuntos, sem tabus, deixando no

São tarefas fundamentais do Estado:

- a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;
- b) Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático;
- c) Defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais;
- d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;
- e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território;
- f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa;
- g) Promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- h) Promover a igualdade entre homens e mulheres.**

ar uma mensagem de coragem às gerações mais jovens, na luta pela igualdade de género.

- o entusiasmo protagonizado pelas mulheres entrevistadas, ao serem alvo de reconhecimento, pelas suas experiências de vida.

- o reconhecimento de quem assistiu, e a vontade de participar com as suas histórias, num processo de desocultação de um devir histórico do qual a mulher tem sido arredada.

- as muitas ferramentas que se obteve durante a feitura deste projecto: painéis, brochura, vídeo regional e vídeo nacional, às quais a equipa regional da Madeira e as mulheres entrevistadas, pretendem levar às escolas, associações, sindicatos, numa disponibilidade para o outro/a, e numa interligação geracional e de saberes.



